

PT com ajuda de pedessistas tenta obstruir a votação

BRASILIA — Uma verdadeira briga regimental marcou ontem a discussão do substitutivo à emenda do Governo de convocação da Constituinte: durante mais de quatro horas do PT e alguns deputados do PDS, malufistas, tentaram obstruir a tramitação da matéria através de denúncias de artifícios.

Depois de sucessivas incursões no sentido de evitar a votação da emenda hoje, o Deputado José Genoíno (PT-SP), já no final da sessão, denunciou que o substitutivo não contava com as 159 assinaturas exigidas pelo Regimento. Segundo ele, três das 161 assinaturas que constam do substitutivo — Raimundo Asfora (PMDB-PA), João Agripino (PMDB-PB) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) — são de apoio, o que não vale na contagem geral. Além disso prosseguiu Genoíno, o substitutivo tem a assinatura do Deputado Jorge Medauar (PMDB-BA), que está há dez dias em Nova York. O tumulto estava armado, e aumentou quando o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) correu ao microfone de apertar para dizer que sua assinatura constava ilegalmente do substitutivo.

Não assinei esse substitutivo porque

não concordo com ele. A assinatura foi usada inadequadamente. Peço que seja retirada. Genoíno apoiou e o deputado Elquisson Soares (PDT-BA), engrossando o grupo que tentava obstruir a discussão, exigiu que fosse nomeada uma comissão de inquérito para investigar o caso. Em meio ao bate-boca nos microfones de aparte, que tiveram de ser desligados várias vezes, o Senador Martins Filho (PMDB-RN), na Presidência dos trabalhos, comprovou que Zanetti havia assinado o substitutivo, e encerrou o caso.

O relator da emenda, Valmor Giovanna, Vice-Líder do PMDB, explicou que Zanetti assinou uma espécie de cheque em branco, e atacou:

— Quem assinou papel em branco foi idiota. É evidente que em um dia não poderíamos ter colhido todas essas assinaturas. Pedimos assinatura para o caso de um eventual substitutivo. G. vo.

Genoíno, então, insistiu que o substitutivo não tinha número de assinaturas suficiente. Com a ajuda de Elquisson Soares entrou com recurso para que a denúncia fosse examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, com a anulação do substitutivo.

Martins Filho aceitou levar o caso para a Comissão, mas a tentativa do PT fracassou: As assinaturas não podem mais ser retiradas, como explicou mais tarde o Senador Passos Porto (PDS-SE), que abriu a sessão.

As tentativas de obstrução começaram na abertura da sessão, às 14h50m, quando Passos Porto leu a lista de presença (30 Senadores e 143 Deputados). Genoíno pediu verificação de quórum, para saber se estavam no plenário os 80 Deputados e 12 senadores exigidos pelo regimento para abertura dos trabalhos. O sistema de som foi acionado e a Mesa, ao final da chamada nominal de 479 deputados e 69 Senadores, constatou número suficiente.

Genoíno usou novo artifício, denunciando que a Comissão Mista que examinou o substitutivo não cumpriu o prazo regimental de cinco dias para o pedido de vista. Porto negou o pedido do Deputado para anulação do substitutivo, mas Genoíno ainda tentou recorrer ao plenário, sem êxito.

Foi a vez do deputado malufista Jorge Arbage (PDS-PA): ele alegou uma diferença entre o texto do substitutivo e o que foi publicado no avulso, mas também não

teve êxito. Somente depois dessa confusão ocupou a tribuna o primeiro orador, Deputado Epitácio Cafeteira (PMDB-MA) que, lembrando os compromissos assumidos por Tancredo Neves, protestou contra a tentativa de adiamento da convocação da Constituinte. Martins Filho (PMDB-RN), em seguida, ressaltou que "uma nova Constituição não resolverá tudo".

Coube a Genoíno o primeiro discurso contra o texto da convocação. O substitutivo, protestou, é uma encomenda ao Palácio do Planalto, "talvez pelas mãos de Célio Borja (assessor especial da presidência), Ministros militares". Pediu a rejeição do substitutivo, criticou os Líderes da Aliança Democrática e acabou sendo acusado pelos Deputados Tomás Nonô (PFL-AL) e Nilson Gibson (PFL-PE) de fazer aliança com os malufistas. Ambos são ex-malufistas.

Os ataques ao substitutivo não se limitaram ao PT. José Machado (PDS-MG) disse que a Constituinte, tal como será convocada, "é mais ilegítima que o colégio eleitoral". Bonifácio de Andrada

(PDS-MG) considerou o substitutivo "uma farsa, uma traição do PMDB". A Constituinte, sustentou, não pode dividir seus poderes e, portanto, Câmara e Senado não podem funcionar ao mesmo tempo como Constituinte.

— É um escândalo político-constitucional — disse.

Amaral Neto (PDS-RJ), malufista, disse que o substitutivo era desmoralizante, enquanto José Machado (PDS-MG) condenou o que chamou de uma constituinte "espúria, com apelo exclusivamente eleitoral". J.G. de Araújo Jorge (PDT-RJ) chamou a atenção para a ação das multinacionais e empresários, e não poupou críticas: a Constituinte, argumentou, tem que ser soberana para decidir sobre seu funcionamento.

Ao final, depois da confusão com as insistentes denúncias sobre o número de assinaturas no projeto, a primeira sessão foi encerrada, pouco antes das 19 horas, com um alerta de deputados da Aliança Democrática de que se estava tentando obstruir um dos principais compromissos assumidos pela Nova República com a nação: a garantia de uma Constituinte.